

CORREIO CENTRO-OESTE

Reprodução
Apesar do avanço, produtores reclamam de burocracia

Lei de incentivo à produção de cerveja artesanal é alterada

O deputado distrital João Cardoso (Avante) é o autor da lei que incentiva produtores de cervejas artesanais e orgânicas no Distrito Federal. A proposta foi aprovada, mas dois de seus artigos receberam veto do governo. Devido a isso, a lei distrital 6.536/2020 sofreu algumas modificações.

Após a atualização, o texto passa a impor algumas obrigações aos produtores. A lei detalha que eles terão certificação junto ao poder público e deverão, por exemplo, respeitar

os valores históricos, sociais, culturais e ambientais do DF. Também fica proibido realizar práticas prejudiciais ao meio ambiente. Além disso, a visitação pública às unidades produtoras deve ocorrer apenas mediante autorização. Para os produtores locais, a norma representa um avanço, mas ainda apresenta falhas. “Os principais problemas estão relacionados com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)”, disse o produtor cervejeiro Aninho Irachande.

Agressão

O advogado suspeito de quebrar os dentes de um entregador, ao agredir-lo durante uma briga de trânsito, foi solto após pagar uma fiança de R\$ 100 mil. O caso aconteceu em Goiânia (GO). Conforme a decisão, o agressor está em liberdade provisória e deve comparecer mensalmente à sede do juízo.

Jiboia

Uma jiboia de dois metros que foi salva do tráfico de animais, mas não tem condições de retornar à natureza, será a nova moradora do Bioparque Pantanal, em Campo Grande (MS). A cobra será a “embaixadora da conscientização ambiental” do parque, conforme afirma a direção do local.

Protesto

Os funcionários do Instituto Municipal de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia protestaram em frente à sede da entidade, após o instituto adiar, mais uma vez, uma reunião na Câmara Municipal. Os servidores se queixam da falta de atendimento médico.

Operações

Em menos de uma semana, a Polícia Federal identificou e destruiu duas áreas de garimpo ilegal, além da prisão de 18 garimpeiros em flagrante no município de Pontes (MT) e Lacerda (MT), a 483 km de Cuiabá. Os agentes buscam identificar e localizar os financiadores das práticas ilegais.

Réu

O Ministério Público de Goiás cumpriu um mandado de busca e apreensão, em Formosa (GO), no gabinete da Procuradoria Jurídica do município. O procurador municipal Leonardo Cândido Martins Bonini é réu no processo, suspeito de participar de um esquema de desvio de recursos públicos.

Alerta

O presidente do Sindicato dos Policiais Penais de Mato Grosso do Sul, André Luiz Santiago, afirma que avisou sobre a falta de efetivo e os problemas estruturais que acarretaram na fuga de dois detentos da penitenciária Jair Ferreira de Carvalho, de segurança máxima, que possui 2,4 mil internos.

Monitoramento

O Instituto Brasília Ambiental inaugurou duas estações automáticas de monitoramento da qualidade do ar, ambas na região da Fercal, no Distrito Federal. As estações automáticas têm equipamentos que possibilitam saber, em tempo real, a qualidade do ar na região.

Transporte

Ao ser questionado sobre a superlotação dos ônibus na capital, o secretário de Mobilidade do Distrito Federal, Zeno Gonçalves, afirmou que o transporte não é feito para que todos consigam ir sentados. “O custo aumenta em relação ao nível de conforto”, disse o titular da pasta.

Kits escolares

O prefeito de Anápolis (GO), Roberto Naves, participou da entrega dos kits escolares para os estudantes do 1º ao 5º ano da Escola Municipal Cora Coralina. Na ocasião, o gestor destacou que a ação é fruto de uma parceria com a Secretaria de Educação de Goiás.

Vulneráveis

Um homem em situação de rua foi encontrado sem vida na passagem subterrânea da 102 Norte, em Brasília. A Polícia Militar do DF foi acionada. Em seguida, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência constatou o óbito. O caso é investigado pela Polícia Civil.

Mato Grosso do Sul oferta serviços a 6,7 mil indígenas

Equipes de diferentes esferas atenderam às comunidades

Agência de Notícias do Governo de Mato Grosso do Sul



Indígenas de outras comunidades chegaram ao local de ônibus

A Secretaria de Justiça e Segurança Pública e a pasta de Cidadania, do estado de Mato Grosso do Sul, promoveram uma ação para levar serviços essenciais a mais de 6,7 mil indígenas das comunidades Pirajui, Potrero Guassu, Arroio Cora, Sete Cerros e Ypoi na Escola Municipal Pancho Romero, na aldeia Paragaussu. No local, eles emitiram documentos, como carteira de identidade e título de eleitor, e puderam solicitar benefícios junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Os indígenas também

geralmente são disponibilizados apenas nos centros metropolitanos.

As equipes receberam os indígenas das comunidades Pirajui, Potrero Guassu, Arroio Cora, Sete Cerros e Ypoi na Escola Municipal Pancho Romero, na aldeia Paragaussu. No local, eles emitiram documentos, como carteira de identidade e título de eleitor, e puderam solicitar benefícios junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Os indígenas também

foram possibilitados de oficializar casamentos e divórcios.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município Paranhos (MS) possui o segundo maior percentual de população de povos originários de Mato Grosso do Sul, com 43,38%. Além dos serviços, os profissionais disponibilizaram cursos de capacitação. Enquanto os pais assistiam às orientações, um espaço dedicado às crianças entreteve os menores, com filmes infantis e

brinquedos.

Durante os atendimentos, o Departamento de Operações de Fronteira (DOF) e a Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes de Fronteira (Defron) promoveram atividades lúdicas com as crianças. Segundo o diretor do DOF, Everson Antônio Rozeni, a iniciativa aproxima as forças de segurança da comunidade.

“Em Paranhos fizemos dinâmicas com as crianças, com pinturas e desenhos, para desmistificar a sensação de que o Departamento de Operações da Fronteira é uma força opressora à comunidade indígena. Pelo contrário, é uma força que está para ajudar e para promover segurança pública”, explicou Antônio.

A equipe também orientou as mulheres indígenas sobre o combate às diferentes formas de violência.

“Quando falamos das mulheres indígenas, esse diálogo é ainda mais necessário, pois estão mais afastadas do contexto urbano. A construção de ações e políticas públicas respeitando as especificidades locais é primordial”, sublinhou Manuela Nicodemos, subsecretária de Estado de Políticas Públicas para Mulheres.

Renato Alves/Agência Brasília



Corporação vai ganhar novo centro de atendimento

PMDF vai reforçar assistência psicológica

Para dar assistência psicológica aos policiais militares que atuam no Distrito Federal, o governo vai investir na construção de uma nova sede para o Centro de Atendimento Psicológico e Social. A estrutura será erguida no Setor Policial Sul e terá investimento estimado de R\$ 13 milhões. O prédio de 2.900 m² vai acomodar a unidade da corporação responsável por prestar assistência gratuita à saúde mental dos policiais da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) e seus de-

pendentes. “Estamos de braços abertos para ajudar o policial a voltar para casa saudável, a trabalhar com compromisso e a conduzir a vida profissional e pessoal da melhor forma possível”, disse a comandante-geral da PMDF, Ana Paula Habka, que assumiu o cargo em 7 de fevereiro. “Nossa profissão tem um nível elevado de estresse. Afinal de contas, a gente lida diretamente com a criminalidade e acaba vivenciando mais coisas ruins do que boas”, completou a comandante.

MATO GROSSO

Deputado denuncia esquema ilícito em município

O deputado estadual Júlio Campos (União) denunciou um suposto esquema que, segundo ele, é de conhecimento “público e notório”. O parlamentar afirmou que os funcionários do Departamento de Água e Esgoto (DAE) de Várzea Grande (MT) intencionalmente deixam regiões do município desabastecidas, para que os donos de caminhões-pipa comercializem água aos moradores. Conforme o relato de Campos, o intuito da prática ilegal é gerar lucro aos empresários e, em troca, os servidores recebem uma parte. O parlamentar ainda lembrou que Várzea Grande enfrenta problemas na distribuição de água há anos.

M. GROSSO DO SUL

MPMS arquiva inquérito contra empresário

O Ministério Público de Mato Grosso do Sul (MPMS) arquivou um inquérito que tramitava contra o empresário André Luiz dos Santos, conhecido como Patrola. No processo, ele era acusado de desmatar uma área de 285 hectares de vegetação nativa no Pantanal. A região corresponde ao tamanho de 15 campos de futebol. O processo foi arquivado após as partes assinarem um Termo de Ajustamento de Conduta, proposto pela promotora de justiça Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina. Com isso, Patrola se livra do processo criminal, mas deve compensar, regularizar, recuperar e indenizar os danos ambientais causados.

GOIÁS

Princípio de incêndio atinge UTI em Goiânia

O Hospital Ortopédico de Goiânia (GO) precisou ser parcialmente evacuado, depois que um princípio de incêndio atingiu o primeiro andar do edifício, onde fica a Unidade de Terapia Intensiva (UTI). O Corpo de Bombeiros informou que havia muita fumaça no local. Os pacientes e funcionários precisaram deixar o local, como forma de precaução. Além disso, uma enfermeira passou mal devido à fumaça e precisou receber oxigênio, mas, após o atendimento, ela ficou bem. Pacientes da unidade relataram que a fumaça chegou a invadir alguns dos quartos de UTI. O caso aconteceu por volta das 5 horas da terça-feira (4).

DISTRITO FEDERAL

Leandro Grass pode ficar inelegível por ação no TRE

O ex-candidato ao governo do Distrito Federal e presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Leandro Grass, pode ficar inelegível por oito anos. A punição foi imposta pelo Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF). O órgão impôs ainda que a decisão começasse a valer em 2023. A ação foi movida pela Coligação Unidos pelo DF, da qual Ibaneis fez parte. A coligação alega que Leandro promoveu “propaganda negativa contra o candidato Ibaneis, incluindo disseminação de notícias falsas, grave desinformação, calúnias e difamações”, durante a campanha nas eleições de 2022.

Prefeito de Cuiabá é afastado de novo

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) afastou o prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), do cargo por 180 dias. O gestor, que já foi afastado da função em 2021, é acusado de integrar uma organização criminosa que é investigada por cometer desvios de recursos públicos na Secretaria Municipal de Saúde.

A ação foi movida pelo Ministério Público, que a encaminhou ao tribunal. A decisão foi assinada pelo desembargador Luiz Ferreira da Silva. O documento aponta que o prefeito tem 15 dias para recorrer. Outros integrantes da gestão do município também estão sendo investigados, são eles: o ex-secretário de Saúde Célio Rodrigues, o ex-secretário adjunto de Saúde Milton Corrêa e o assessor executivo da Secretaria de Governo Gilmar Cardoso também são investigados.

Desde o dia 15 de fevereiro, os agentes do Ministério Público do estado efetuaram

uma série de operações para investigar os integrantes do executivo estadual. Entre elas, as operações Capistrum, Sangria, Curare, Capistrum, Overpay, entre outras. As diligências encontraram indícios de fraudes, desvios e superfaturamento, que totalizam um prejuízo de R\$ 1,2 bilhão ao município. O documento detalha que o valor foi confirmado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Conforme a decisão do TJMT, o prefeito não pode entrar em contato com os servidores e agentes públicos da prefeitura, sobretudo, os que também estão sob investigação. Além disso, o gestor não pode frequentar as dependências do edifício da prefeitura e órgão municipais.

Em 2021, a Justiça determinou o afastamento do prefeito após uma investigação apontar outro esquema ilegal na Secretaria de Saúde. Na época, ele retornou ao cargo cerca de um mês após recorrer da decisão.